EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES EM CIDADES PEQUENAS CAPIXABAS

UNIVERSITY EXTENSION AND TERRITORIAL PLANNING: INTERDISCIPLINARY EXPERIENCES IN SMALL CITIES OF ESPÍRITO SANTO

Miriã Aparecida Fidelis da Silva [1]; Giovanilton André Carretta Ferreira [2].

[1]Arquiteta e Urbanista | miriaaparecidafidelis@gmail.com | UVV | Vila Velha, Brasil; [2]Doutor em Arquitetura e Urbanismo | giovanilton.ferreira@uvv.br | UVV | Vila Velha, Brasil.

Resumo:
O presente artigo discute a integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária no campo do planejamento urbano, com foco na elaboração e revisão de Planos Diretores Municipais (PDM) em cidades pequenas do Espírito Santo. A partir do contexto de fragilidade institucional e limitada participação social, o estudo apresenta a experiência dos projetos Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), PDM em Rede e Piúma Sustentável. A metodologia combina revisão bibliográfica e documental com a aplicação da pesquisa-ação, considerando a atuação dos autores nas equipes técnicas dos projetos. Os resultados demonstram a extensão universitária como ferramenta de assessoramento técnico e formação crítica, fortalecendo a governança territorial, a democratização do planejamento e a incorporação de diretrizes socioambientais nos PDM. Destacam-se inovações como a criação de instâncias permanentes de gestão participativa, o uso de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e a articulação com programas estaduais. Conclui-se que a relação entre universidade e sociedade, por meio de práticas extensionistas interdisciplinares e interinstitucionais, constitui um caminho estratégico para cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, especialmente em contextos de baixa capacidade técnica e institucional.

Palavras-chave:
plano diretor; cidades pequenas; projeto de extensão; planejamento territorial; estado do Espírito Santo.

Abstract:
This article discusses the integration between teaching, research and university extension in the field of urban planning, focusing on the elaboration and revision of Municipal Master Plans (MMP) in small cities of Espírito Santo. From the context of institutional fragility and limited social participation, the study presents the experience of the Sustainable Regional Development, Networked MMP and Sustainable Piúma projects. The methodology combines bibliographic and documentary review with the application of action research, considering the performance of the authors in the technical teams of the projects. The results demonstrate university extension as a tool for technical advice and critical training, strengthening territorial governance, the democratization of planning and the incorporation of socio-environmental guidelines in the MMP. Innovations such as the creation of permanent instances of participatory management, the use of Nature-Based Solutions and the articulation with state programs stand out. It is concluded that the relationship between university and society, through interdisciplinary and interinstitutional extensionist practices, constitutes a strategic path for more resilient, inclusive and sustainable cities, especially in contexts of low technical and institutional capacity.

Keywords:
master plan; small cities; extension project; territorial planning; state of Espírito Santo.

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária, conforme a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação, é definida como atividade integrada à matriz curricular e à pesquisa, caracterizando-se como um processo interdisciplinar, educacional, cultural, científico e tecnológico que promove interações transformadoras entre universidade e sociedade. Segundo Ferreira (2018), a articulação entre ensino, pesquisa e extensão deve ser prioridade estratégica nas instituições de ensino superior, como política capaz de qualificar a formação acadêmica e enfrentar as desigualdades sociais no país.

Ao promover o intercâmbio entre saberes populares e técnicos, a extensão contribui para reduzir o distanciamento entre universidade e sociedade civil, especialmente no campo do planejamento urbano, onde os cidadãos são diretamente impactados pelas decisões sobre o espaço urbano. Nesse contexto, atividades extensionistas voltadas à elaboração de Planos Diretores Municipais (PDM), que demandam mapeamento participativo e conhecimento do território, dinamizam o ensino e proporcionam aprendizagens teórico-práticas a estudantes e docentes.

A extensão universitária propicia a troca de saberes populares, presentes na sociedade, e os saberes técnicos ensinado nas universidades. Essa prática, contribui para romper com o distanciamento da universidade com a sociedade civil, esta última, no campo urbanístico, constitui o público diretamente impactado pelas ações profissionais responsáveis pelo planejamento do espaço urbano.

Ao desenvolver atividades extensionistas no campo do planejamento urbano, especialmente na elaboração de Plano Diretor Municipal (PDM), o qual exige participação popular, mapeamento e reconhecimento do território e do cotidiano citadino, a troca de saberes favorece a dinamização do ensino aplicado pelos discentes e proporciona um aprendizado teórico e prático tanto para os estudantes quanto para os docentes.

A articulação complementar entre ações de pesquisa e extensão universitária, em diferentes escalas, permite suprir lacunas existentes no campo do planejamento urbano e regional, especialmente nos processos de elaboração e revisão de Planos Diretores Municipais em cidades pequenas.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo apresentar a experiência de integração entre ensino, pesquisa e extensão no campo do planejamento urbano e regional, com ênfase na elaboração e revisão de PDMs em cidades pequenas capixabas, por meio dos projetos Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), PDM em Rede e Piúma Sustentável (2020–2025).

Compreende-se que o relato das experiências integradas de pesquisa e extensão universitária — Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), Plano Diretor Municipal em Rede (PDM em Rede) e Piúma Sustentável —, em execução entre os anos de 2018 e 2025, mantém total articulação com o Eixo Temático Ensino e Práticas Extensionistas, ao promover projetos sustentáveis desenvolvidos por meio de colaborações interdisciplinares e interinstitucionais, que têm funcionado como importantes ferramentas de transformação socioespacial.

A metodologia adotada neste artigo está organizada em duas partes complementares, articuladas de forma a atender aos objetivos analítico-críticos propostos. A primeira parte consiste em uma revisão de literatura e documental, sobre o Plano Diretor Municipal e as especificidades das cidades de pequeno porte, juntamente com a atuação da pesquisa e extensão universitária como eixo articulador dessas temáticas.

Por fim, adota-se o método da pesquisa-ação, considerando a participação dos autores como integrantes do corpo técnico dos projetos analisados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Em 1988, a Constituição Federal (CF/88), fruto das intensas lutas sociais por uma reforma urbana, estabeleceu nos artigos nº 182 e 183, os fundamentos da política de desenvolvimento urbano e do direito à propriedade urbana. Todavia, a efetivação dos dispositivos constitucionais foi postergada e enfrentou resistência de setores ligados a interesses mercadológicos. A aprovação da lei federal 10.257/01 - Estatuto da Cidade (EC), que regulamentou os artigos da constituição federal, ocorrida somente treze anos depois, foi um importante passo para a efetivação.

O EC tornou-se internacionalmente conhecido e permanece como a principal “caixa de ferramentas” do planejamento urbano brasileiro. Seu instrumento central é o Plano Diretor Municipal (PDM), que conferiu maior autonomia aos municípios, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo desenvolvimento urbano. O EC estabelece seis critérios que tornam obrigatória a elaboração do PDM, com destaque para as cidades com mais de 20.000 habitantes. O Estatuto também define os elementos essenciais do PDM e orienta seu processo de elaboração, com ênfase na participação popular como instrumento de validação e qualificação do plano.

A obrigatoriedade do PDM com base no contingente populacional, ao longo dos mais de 20 anos desde a promulgação do EC, evidenciou a fragilidade do planejamento urbano em cidades pequenas, uma problemática que tem ganhado relevância, dada a expressiva representatividade desse tipo de cidade no território brasileiro. Segundo o censo demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, o Brasil possui 5.570 municípios, dos quais 3.824 apresentam população inferior a 20.000 habitantes. Considerando-se apenas esse critério populacional, cerca de 68% dos municípios brasileiros estão fora da obrigatoriedade legal de elaborar o PDM.

Este número expressivo é um indicativo da relevância de pesquisas e projetos voltados para as cidades pequenas e seu planejamento urbano. No entanto, trata-se de uma temática complexa, pois a definição de pequena pode variar conforme os critérios adotados, envolvendo diferentes variáveis quantitativas e qualitativas, a depender do ponto de vista de quem interpreta. De acordo com o IBGE, são consideradas cidades pequenas aquelas populações de até 50.000 habitantes. Além disso, é possível adotar uma subdivisão: os “municípios de pequeno porte I” com população de até 20.000 habitantes, e os “municípios de pequeno porte II”, com população entre 20.001 a 50.000 (Nascimento, 2021).

Contudo, a complexidade das cidades pequenas não se limita aos dados quantitativos, uma vez que esse tipo de classificação, segundo Santos (1982b, apud Sposito; Silva, 2013, p. 37) pode levar a interpretações generalistas sobre o ambiente urbano. Para evitar esse risco, é necessário considerar aspectos qualitativos, que variam de uma cidade para outra, como sua inserção e influência na rede urbana, seus planos e interações internas. Ainda assim, é fundamental estabelecer um padrão mínimo no sistema urbano, no qual as necessidades básicas populacionais sejam atendidas, conforme apontam Sposito e Silva (2013).

Além disso, há debates que envolvem aspectos conceituais, como a terminologia empregada para denominar as cidades de menor porte. No entanto, esse não será o foco deste artigo. Cabe apenas salientar que, ao longo dos estudos consultados, adota-se o termo “cidade pequena” como o mais adequado para os fins analíticos propostos.

Ao adentrar esse campo e compreender as cidades pequenas como um espaço de planejamento urbano com baixa assistência técnica e institucional, ao mesmo tempo em que nelas se evidenciam lacunas nas políticas urbanas, é possível identificar oportunidades para o desenvolvimento de inovações nos PDM. Tais inovações podem contribuir para um planejamento urbano mais diversificado e coerente com a multiplicidade de realidades brasileiras. Entende-se que um caminho relevante para o fortalecimento desses contextos está nas colaborações interinstitucionais, especialmente entre a academia e o poder público, fontes fundamentais de conhecimento técnico. Essas parcerias podem não apenas oferecer suporte às cidades pequenas, mas também promover processos de aprendizagem mútua e estimular a formação de profissionais mais qualificados para atuar em um campo ainda carente de debates, soluções e planejamento estruturado.

Esse debate está intrinsicamente relacionado às dificuldades enfrentadas pelos municípios na elaboração e implementação dos Planos Diretores Municipais, especialmente nas cidades pequenas, que, apesar a sua expressiva representatividade no território brasileiro, carecem de suporte metodológico adequado às suas especificidades. Além disso, observa-se a escassa oferta de capacitação técnica tanto para os planejadores públicos, quanto para a sociedade civil, que acabam por recorrer a modelos e referências das cidades médias e regiões metropolitanas, muitas vezes incompatíveis com suas realidades locais.

Situação identificada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2015), que expõe a inexistência de ações específicas na área de planejamento e ordenamento urbano que incentivem as cidades pequenas (com população até 50 mil habitantes) a elaborarem os Planos Diretores, revisarem as legislações urbanas em articulação com sua problemática urbana, que difere dos municípios de grande porte. Os atuais guias orientadores federais parecem ignorar a necessidade de desenvolvimento de material específico para este porte de município para melhor capacitá-los. Acrescenta-se a desconexão do desenho das políticas urbanas, que não têm considerado as necessidades urbanas destes municípios (CNM, 2015). É nesse contexto de desafios e necessidades que surge o projeto de extensão universitária “Piúma Sustentável: Desenvolvimento e Inovação na Gestão da Cidade”, concebido como desdobramento de iniciativas anteriores, entre as quais se destacam o Projeto de Pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS – 2020/2021) e o Projeto de Extensão Universitária Plano Diretor Municipal em Rede – Microrregião Litoral Sul (PDM em Rede – Edital Universal de Extensão FAPES 12/2022). Essas iniciativas convergem com o plano estratégico ES-2030, do Governo do Estado do Espírito Santo, ao buscarem o fortalecimento institucional e a oferta de assistência técnica aos municípios capixabas, com foco na promoção do desenvolvimento local sustentável.

O projeto Piúma Sustentável tem como objetivo prestar assessoramento técnico à implementação, consolidação, monitoramento e publicização de uma metodologia voltada à elaboração e revisão de Planos Diretores Municipais (PDMs), adaptada à realidade das cidades pequenas. O município de Piúma, localizado na microrregião Litoral Sul do Espírito Santo, foi escolhido como território de execução. A metodologia adotada pelo Piúma Sustentável fundamenta-se nos princípios do Direito à Cidade, da participação social e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Sua estrutura está organizada em cinco eixos principais: (1) vocações ecológicas e econômicas do município; (2) carteira de projetos estratégicos da cidade; (3) estudo ambiental municipal e adaptação às crises climáticas; (4) capacidade estatal e gestão das políticas urbanas; e (5) revisão do Plano Diretor Municipal integrada aos eixos anteriores.

3. PIÚMA SUSTENTÁVEL: UMA METODOLOGIA EM CONSTRUÇÃO

O projeto de extensão “Piúma Sustentável: desenvolvimento e inovação na gestão da cidade” é resultado do desdobramento de duas iniciativas anteriores, desenvolvidas com a participação direta dos autores deste artigo e de uma equipe técnica multidisciplinar formada por professores, pesquisadores e estudantes da graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior do Espírito Santo, com destaque para a Universidade Vila Velha (UVV) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O primeiro projeto é a pesquisa “Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)”, realizada nos anos de 2020 e 2021 por meio de um Convênio de Cooperação Técnica entre a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a UFES e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Excluindo-se a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que já dispunha de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI-RMGV), as demais nove microrregiões do Espírito Santo foram analisadas na pesquisa DRS, agrupadas em quatro arranjos. O Arranjo 1, composto pelas microrregiões Litoral Sul e Central Sul, com 16 municípios, foi coordenado pela UFES e contou com

a participação de professores e estudantes de diversas unidades da UFES, da UVV e de outras instituições de ensino superior capixabas.

Os resultados do Arranjo 1 foram sistematizados em relatórios contendo Diagnóstico Integrado, Sumário Executivo e Diretrizes para cada microrregião, com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano de Ação do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo (PDRS/ES), a cargo do governo estadual. Ressalta-se o caráter inédito da pesquisa, conduzida diretamente por instituições de ensino superior, representando uma inovação significativa no apoio técnico e científico ao planejamento regional capixaba.

Conforme identificado por Mendonça et al. (2020), a Microrregião Litoral Sul, onde se localiza o município de Piúma, tem se destacado nos últimos anos pela expressiva concentração de investimentos estratégicos no Espírito Santo. Entre os dez maiores investimentos previstos para o período de 2022 a 2027, dois estão situados nessa microrregião, que também abriga significativa diversidade cultural e ambiental. Ressalta-se, ainda, a presença de infraestrutura voltada à exploração, produção e logística do setor petrolífero, cujos impactos afetam territórios ambientalmente frágeis e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, camponeses e pescadores artesanais, resultando em mudanças expressivas na paisagem e no cotidiano desses grupos.

Diante dessas transformações socioespaciais, as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Microrregião Litoral Sul reforçam a urgência de ações articuladas em escala regional e local, com foco na qualificação do ordenamento territorial dos municípios do Litoral Sul (ESPÍRITO SANTO, 2021). Ainda segundo Mendonça et al. (2020), destaca-se a necessidade de modernização dos instrumentos de planejamento e gestão territorial, bem como de capacitação dos setores municipais e dos agentes envolvidos nas políticas urbanas. Como ação prioritária, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da microrregião estabelece a formulação de políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades socioespaciais (IJSN, 2022, p. 19).

No contexto das transformações e demandas da Microrregião Litoral Sul, foi proposto e executado, por meio do Edital Universal de Extensão FAPES nº 12/2022, o projeto “Plano Diretor Municipal em Rede (PDM em Rede)”. Essa iniciativa de extensão universitária teve como foco o fortalecimento, a dinamização e a capacitação dos Planos Diretores Municipais (PDM), dos Conselhos do PDM (CPDM), dos conselheiros, gestores, técnicos municipais e da população local.

O projeto ampliou o acesso à informação sobre os PDM e fomentou a atuação dos Conselhos, promovendo o intercâmbio de experiências entre os CPDM e contribuindo para a constituição de uma rede microrregional de conselhos municipais, fortalecendo o planejamento e a gestão do território na região.

A partir de pesquisa bibliográfica, análise documental, levantamento dos PDM em vigor, mapeamento dos perfis dos conselheiros e reuniões com gestores e técnicos municipais, foram delineadas estratégias específicas de capacitação para os oito municípios da microrregião, respeitando as particularidades e os diferentes níveis de conhecimento sobre a gestão dos PDM em cada localidade.

Entre as principais ações do projeto, destacam-se: consolidação de parcerias institucionais, com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento (SEDES), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e o Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável da microrregião Litoral Sul (CDRS-LS); realização de 3 rodadas de reuniões em cada município para sensibilização, apresentação do projeto e capacitação; certificação das atividades; sistematização do relatório de pesquisa do perfil dos conselheiros; criação de um website com informações sobre os Planos Diretores; intercâmbio com pesquisadores do Programa Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da USP; e realização de um Seminário Regional Online da Microrregião Litoral Sul.

Resultados e desdobramentos do projeto PDM em Rede evidenciam avanços concretos nos oito municípios da Microrregião Litoral Sul do Espírito Santo, promovendo a qualificação da gestão

territorial local e a articulação entre diferentes níveis de governo, sociedade civil e instituições acadêmicas.

Como desdobramento estratégico, entre 2022 e 2024, a equipe técnica do projeto (UFES e UVV) desenvolveu uma metodologia específica para elaboração e revisão de Planos Diretores Municipais, adaptada à realidade das cidades pequenas do Espírito Santo. Essa proposta metodológica vem sendo discutida e aprimorada com a SEDES, SEAMA, Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e Associação dos Municípios do Espírito Santo (AMUNES), com vistas à construção de uma parceria estadual interinstitucional. O objetivo é estabelecer um modelo de assessoramento técnico contínuo aos municípios capixabas no âmbito do planejamento e gestão territorial, integrado às ações do Programa Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas.

O município de Piúma deu início, em 2024, à revisão de seu Plano Diretor Municipal, sensibilizado e capacitado pelas atividades do projeto. Nesse processo o município adotou a nova metodologia desenvolvida pela equipe técnica do projeto PDM em Rede. É nesse contexto de parcerias interinstitucionais e continuidade das ações que se insere o projeto de extensão “Piúma Sustentável”, inicialmente viabilizado por meio da cooperação entre a Prefeitura de Piúma e as universidades (UFES e UVV).

A relevância dessa iniciativa se acentua diante do perfil do Espírito Santo, cuja rede urbana é composta majoritariamente por municípios de pequeno porte: dos 78 municípios, 67 possuem menos de 50 mil habitantes (IBGE, 2022). Durante a execução do projeto PDM em Rede – Microrregião Litoral Sul (2022–2023), foram identificados diversos desafios enfrentados por esses municípios, entre os quais destaca-se: baixa apropriação e limitada aplicabilidade dos Planos Diretores; distanciamento entre o planejamento territorial (PDM) e a gestão cotidiana (obras e serviços); baixa participação social nos processos de planejamento; replicação de estruturas normativas complexas, inspiradas em modelos de grandes cidades, sem adaptação à realidade local.

Esses desafios se intensificaram com a publicação da Resolução CONSEMA nº 001/2023, que estabelece diretrizes para a definição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) em áreas urbanas consolidadas. A norma estadual, fundamentada em alterações na legislação federal, atribui aos municípios a responsabilidade por delimitar áreas urbanas consolidadas, elaborar o Estudo Ambiental Municipal (EAM) e formular os respectivos projetos de lei. Em um cenário de crise climática agravada, essas exigências reforçam a necessidade de fortalecimento institucional e de assistência técnica qualificada, de modo que os municípios possam implementar políticas públicas alinhadas às suas realidades e capacidades.

Dentro deste contexto, a metodologia aplicada no projeto Piúma Sustentável resulta da articulação de três principais frentes: 1) a experiência acumulada pela equipe técnica em mais de 20 anos de atuação com ordenamento territorial no Espírito Santo, especialmente na elaboração e revisão de PDMs; 2) os aprendizados dos projetos Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e PDM em Rede, desenvolvidos recentemente na Microrregião Litoral Sul; 3) as pesquisas conduzidas pelo Grupo de Pesquisa Cidades e Políticas Urbanas (CIPURB), que articula ensino, extensão e pesquisa aplicada em planejamento urbano e políticas públicas locais.

No âmbito dessa articulação, destaca-se a atuação de discentes dos programas de pós-graduação da UVV e da UFES, que participam diretamente da execução dos projetos e desenvolvem 8 dissertações de mestrado alinhadas à temática dos Planos Diretores em cidades pequenas. O desenvolvimento dessas pesquisas está alinhado a participação dos alunos em todos os setores do projeto, desde a organização e elaboração de cronogramas técnicos, a visitas de campo, acompanhamento das leituras comunitárias e outras reuniões.

O envolvimento dos alunos, especialmente nas atividades que envolvem a comunidade, aprimora habilidades individuais de comunicação e escuta além de facilitar a proximidade com a sociedade que de certo modo passa a enxergar as atividades como algo mais flexível e aberto aos diferentes níveis de conhecimento. Ainda relacionado a essas atividades, os alunos produzem materiais que anteriormente eram executados apenas em sala de aula e por vezes não eram enxergados como

parte da prática profissional, como exemplo a elaboração de mapas, produtos imagéticos, relatórios, entre outros.

As visitas de campo são outro exemplo de influência positiva sobre características individuais dos discentes, neste caso a capacidade de observar, identificar e registrar padrões, e desenvolver soluções com base no que é visto e percebido. O reconhecimento do território permite o aluno compreender que as soluções urbanas precisam ser vinculadas ao que é vivido em cada espaço da cidade, principalmente nas cidades pequenas, onde as dinâmicas podem exigir espaços ainda mais flexíveis. A participação nessa atividade entrega independência aos alunos que ajudam o restante da equipe a obter as mais diversas perspectivas sobre o campo de trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto de Extensão “Piúma Sustentável” alcançou importantes resultados no fortalecimento da gestão urbana participativa e na formulação de políticas urbanas alinhadas à realidade das cidades pequenas. Dentre os principais avanços, destaca-se a instituição de instâncias de coordenação, monitoramento e participação social, no processo de revisão do PDM, assegurando representatividade, participação cidadã e transferência de tecnologia entre a equipe técnica e os servidores municipais. Tais instâncias foram fundamentais para a coleta de dados, mobilização social, acompanhamento e pactuação das ações do projeto em todas as suas etapas.

Outro resultado central foi a definição participativa das vocações ecológicas e econômicas do município, orientando o desenvolvimento sustentável local. Essa definição baseou-se em três leituras complementares da realidade — técnica, governamental e comunitária, articuladas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) e integrando as agendas de transição.

Com base no diagnóstico participativo, o projeto estruturou uma Carteira de Projetos Estratégicos da Cidade (PEC), priorizada por meio da metodologia SWOT, com participação das secretarias municipais e da sociedade civil. Essa carteira se configura como instrumento fundamental para a articulação entre o planejamento territorial e a gestão municipal.

A análise da capacidade estatal do município gerou um diagnóstico institucional abrangente, identificando fragilidades e potencialidades da administração pública municipal nos níveis micro (recursos humanos), meso (estrutura organizacional, capacidade fiscal e articulação política) e macro (relações intergovernamentais). Este diagnóstico subsidiou propostas para reestruturação organizacional e fortalecimento da capacidade de gestão das políticas urbanas.

Outro marco foi a elaboração do Estudo Municipal Ambiental (EMA), de forma integrada a revisão do PDM, que subsidiou o ordenamento territorial com foco nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) urbanas, em conformidade com a Resolução CONSEMA nº 001/2023.

O projeto também estruturou e executou uma estratégia de comunicação e participação social multicanal, composta por fóruns presenciais, plataforma de e-participação, ações educativas em escolas (Cidade Educadora) e diálogo com o setor cultural local. Essas iniciativas ampliaram o alcance das discussões sobre o futuro da cidade e garantiram a escuta ativa de diversos segmentos da sociedade.

Por fim, a revisão do Plano Diretor Municipal de Piúma foi realizada de forma integrada com os aspectos técnicos, participativos, ambientais e institucionais mencionados, resultando na incorporação de importantes inovações no Anteprojeto de Lei do PDM. Todo o conteúdo propositivo do plano está orientado por cinco Eixos Estratégicos, que estruturam de forma transversal e articulada os instrumentos de planejamento, gestão e regulação do território municipal: I. Eixo Vocações Econômicas e Ecológicas; II. Eixo Rios e Cidade; III. Eixo Inclusão e Acessibilidade; IV. Eixo Adaptação e Resiliência; e, V. Eixo Cidade Integrada e Democrática.

O Anteprojeto de Lei do PDM de Piúma incorpora um conjunto de inovações orientadas pelos eixos estratégicos do plano e adaptadas à realidade das cidades pequenas. Destacam-se:

- Criação de instâncias permanentes de governança territorial (Conselho da Cidade, Câmaras Setoriais e Comissão Técnica do PDM), promovendo gestão integrada das políticas urbanas que articula o planejamento territorial às agendas de habitação, mobilidade urbana e regularização fundiária;
- Macrozoneamento ambiental e climático, apoiado em Estudo Ambiental Municipal (EAM), com definição de zonas de preservação, áreas de risco e territórios prioritários para adaptação às mudanças climáticas, articulado ao Programa Estadual Reflorestar;
- Zonas especiais para ecossistemas sensíveis e resiliência climática (APPs), com diretrizes específicas para uso do solo e controle de riscos;
- Zonas de Projetos Estratégicos da Cidade (PEC), voltadas à requalificação urbana e à inovação territorial, integrando ações de habitação, mobilidade, cultura e sustentabilidade;
- Atualização do zoneamento e dos parâmetros urbanísticos, considerando o contexto local e os princípios da sustentabilidade;
- Diretrizes para expansão urbana qualificada, com controle do parcelamento do solo, eficiência da infraestrutura e contenção da dispersão urbana;
- Incorporação de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como diretriz transversal para mitigação de impactos ambientais;
- Adoção de instrumentos de política urbana como EIV, outorga onerosa e direito de preempção, ampliando a capacidade regulatória e financeira do município;
- Inserção de mecanismos voltados à regularização de assentamentos e produção de Habitação de Interesse Social, promovendo justiça socioespacial.

Com a aprovação no novo edital FAPES nº 02/2024, o Projeto Piúma Sustentável passou a dispor de novos mecanismos de assessoramento técnico contínuo até 2026, introduzindo inovações fundamentais para aprimorar a aprovação, a implementação e o monitoramento do Plano Diretor Municipal (PDM). Dentre as principais inovações, destacam-se:

- Acompanhamento técnico da tramitação legislativa do PDM, com reuniões de pactuação com o Legislativo e audiência pública conjunta, evitando atrasos e bloqueios na aprovação da lei;
- Fortalecimento institucional e participativo, com criação e capacitação do Conselho da Cidade, responsável por acompanhar a implementação e fiscalizar o cumprimento do PDM e seus instrumentos de monitoramento;
- Produção de materiais de divulgação acessíveis, como cartilhas e vídeos explicativos, visando ampliar a transparência, a mobilização social e a apropriação do plano pela população;
- Instituição de reuniões mensais de monitoramento, conduzidas pelo Conselho da Cidade com apoio técnico do projeto, consolidando uma governança urbana democrática e contínua;
- Publicação de toda a produção técnica e audiovisual em plataformas digitais abertas, como o site do Projeto Piúma Sustentável e do Grupo de Pesquisa CIPURB, assegurando ampla disseminação do conhecimento gerado.

5. CONCLUSÕES

Conclui-se que, nas cidades pequenas, o planejamento urbano ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo na elaboração dos Planos Diretores Municipais. Nesse contexto, o Projeto de Extensão Universitária Piúma Sustentável desponta como uma iniciativa inovadora ao propor

uma metodologia adaptada à realidade local para a revisão do PDM de Piúma, com impactos positivos no município, na microrregião e no estado do Espírito Santo.

O projeto articula instrumentos de ordenamento territorial às vocações ecológicas e econômicas do território, promovendo uma governança mais democrática, transparente e eficiente. Seu foco está no fortalecimento da capacidade estatal e na ampliação da participação social, contribuindo para a consolidação de uma "inteligência pública municipal", capaz de compreender a complexidade urbana e orientar políticas públicas sustentáveis e inclusivas.

Um dos principais diferenciais do projeto é a integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a aplicação do conhecimento acadêmico em contextos reais e enriquecendo a formação crítica de estudantes e pesquisadores. A atuação conjunta de docentes, discentes e técnicos de diversas áreas favorece a produção de soluções sustentáveis por meio de colaborações interdisciplinares e interinstitucionais, funcionando como ferramenta concreta de transformação socioespacial.

Com abordagem multidisciplinar, o projeto envolve profissionais de arquitetura e urbanismo, geografia, engenharia, direito e administração, entre outros campos, o que confere robustez técnica às ações. Além disso, o intercâmbio institucional fortalece a cooperação entre universidades, governo, setor empresarial, legislativo e sociedade civil, consolidando uma rede de apoio ao desenvolvimento urbano sustentável.

Por fim, a construção de uma metodologia replicável para a elaboração e revisão de PDM voltada a municípios de pequeno porte abre espaço para uma parceria duradoura entre o Governo do Estado, a AMUNES, a UFES e a UVV, no âmbito do Programa Estadual de Mudanças Climáticas. Essa iniciativa visa qualificar os instrumentos de planejamento territorial como estratégia para mitigação e adaptação climática, reforçando o papel dos PDM na construção de cidades mais resilientes e justas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 maio. 2025.

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regula a presença da extensão nos cursos de graduação. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 245, p. 49–50, 19 dez. 2018.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Planos Diretores para Municípios de pequeno porte**: limites e perspectivas para a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. – Brasília: CNM, 2015.

ESPÍRITO SANTO, Governo do Estado. **Diretrizes do Plano De Ação Microrregião Litoral Sul.** Vitória, 2021. Disponível: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/02_DirPlano_A01_LitoralSul.pdf

FERREIRA, G. A. C., FERREIRA, G. L., & PLASCEDINO, L. de N. (2018). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como instrumento de aplicação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no estudo do urbanismo. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, 7(2), 105–119. Recuperado de https://journalppc.com/RPPC/article/view/264

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). **Investimentos anunciados e concluídos no Espírito Santo 2022 - 2027.** Vitória, ES, 2023.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. **Plano de Ação da Microrregião Litoral Sul – 2022.** Vitória, ES, 2022.

MENDONÇA, Eneida M. S. et al. **Desenvolvimento Regional Sustentável. Arranjo 1. Diagnóstico da microrregião Litoral Sul.** Vitória, 2020.

NASCIMENTO, Pedro. Transparência nos municípios brasileiros: as dimensões porte populacional e região importam?. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 2, p. 137-156, 06 fev. 2022.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. **Cidades Pequenas**: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.